

3º SIMULADO

TRF

3ª REGIÃO

**TÉCNICO JUDICIÁRIO
(ÁREA ADMINISTRATIVA)**



Estratégia
CONCURSOS

Simulado Especial

TRF 3ª REGIÃO ÁREA ADMINISTRATIVA

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRF-FCC-21-09>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 13 - A B C D E | 25 - A B C D E | 37 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 14 - A B C D E | 26 - A B C D E | 38 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 15 - A B C D E | 27 - A B C D E | 39 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 16 - A B C D E | 28 - A B C D E | 40 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 17 - A B C D E | 29 - A B C D E | 41 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 18 - A B C D E | 30 - A B C D E | 42 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 19 - A B C D E | 31 - A B C D E | 43 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 20 - A B C D E | 32 - A B C D E | 44 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 21 - A B C D E | 33 - A B C D E | 45 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 22 - A B C D E | 34 - A B C D E | 46 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 23 - A B C D E | 35 - A B C D E | 47 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 24 - A B C D E | 36 - A B C D E | 48 - A B C D E | 60 - A B C D E |

PORTUGUÊS

O império do consumo

"Nós, professores, queremos criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estamos criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico. Estamos vendo o triunfo de uma religião tecnocrática que evolui para menos conteúdo e alunos mais idiotas. Estamos servindo a tecnologia e não a tecnologia a nós", diz Navarra. "O professor está exausto, devorado por uma burocracia para gerar estatísticas que lhe tiram a energia mental para dar aulas."

O testemunho de Andreu Navarra (Barcelona, 1981), historiador, tem o valor de quem leciona há seis anos em escolas públicas e em subvencionadas, em áreas ricas e em degradadas, onde encontra por igual "professores heroicos" em um sistema educacional estressado pela própria sociedade da qual é espelho: há pais ausentes porque trabalham demais; há violência; há crianças sem comer ou tomar café da manhã; há muitos problemas mentais; e há uma geração ausente por causa de sua concentração nas redes sociais e sua identidade virtual.

"O audiovisual está criando uma nova Idade Média de pessoas dependentes de satisfazer o prazer aqui e agora, quando a vida é muito diferente. Na vida você precisa saber ler contratos, alugar apartamentos, cuidar dos idosos, criar filhos. Mas o ciberproletariado desmorona por qualquer problema. São pessoas que não serão capazes de trabalhar porque têm a concentração sequestrada pelas redes", diz ele. Não que todos os jovens se encaixem em seu olhar crítico, mas ele vê o risco de exclusão de um quarto dos alunos em uma tempestade perfeita de precariedade e vida virtual.

Navarra descreve, por exemplo, uma turma de 20 alunos com dificuldades de aprendizado em que, depois de lhes perguntar, descobriu que nenhum havia tomado o café da manhã. "Estão pálidos e ficam inquietos. Há estudantes que não comem por causa de distúrbios alimentares, outros por negligência da família, outros por pura miséria." No entanto, na ausência de professores de apoio e de especialistas, as patologias (teve classes em que 30% tinham algum diagnóstico) concentram a atenção dos professores nas reuniões de avaliação e os impedem de pensar nos conteúdos.

Nem tudo é negativo, é claro. Seu livro tem tantos problemas detalhados como sinais de esperança em experiências possíveis, diz ele, quando a autonomia do professor é respeitada: oficinas de poesia, contos, recreio dedicado ao tempo de leitura, como em sua atual escola, em Collbató, onde os alunos leem e depois contam o que leram, com êxito. "A chave é a autonomia da instituição frente a um pensamento único, frente às teorias da panaceia. Quando Portugal concedeu 25% de autonomia às escolas, melhorou."

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/13/internacional/1568391777_889106.html

01. De acordo com o texto,

- a) O culto exacerbado à tecnologia é o fator responsável pela pobreza educacional mencionada por Navarra.
- b) Embora a tecnologia traga também um efeito alienante, a insuficiência alimentar é o verdadeiro fator que justifica o pouco desempenho escolar.
- c) Os professores, não obstante a contragosto, são os agentes do processo que resulta em uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico.

d) O grupo dos jovens estudantes está inteiramente ameaçado pela distração causada pela tecnologia, que lhes sequestra a atenção.

e) Em virtude do vício em smartphones, o historiador prevê o risco de exclusão da maior parte dos alunos em uma tempestade perfeita de precariedade e vida virtual.

02. O testemunho de Andreu Navarra (Barcelona, 1981), historiador, tem o valor de quem leciona há seis anos em escolas públicas e em subvencionadas, em áreas ricas e em degradadas, onde encontra por igual "professores heroicos" em um sistema educacional estressado pela própria sociedade da qual é espelho: há pais ausentes porque trabalham demais; há violência; há crianças sem comer ou tomar café da manhã; há muitos problemas mentais; e há uma geração ausente por causa de sua concentração nas redes sociais e sua identidade virtual.

Considerando o segundo parágrafo, assinale a alternativa incorreta.

- a) O autor enumera concausas que agravam o problema educacional mencionado.
- b) Subentende-se a elipse da palavra "áreas" antes de "degradadas".
- c) Há indícios de uma intenção de fortalecer a autoridade de Navarra nos assuntos sobre os quais discorre.
- d) Os problemas enumerados servem para criar uma imagem da realidade das escolas particulares.
- e) Infere-se que Andreu Navarra é, também, professor.

03. Considerando as ideias gerais do texto, assinale entre as opções a que traduza o mais adequado conceito para "ciberproletariado"

- a) uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico, que se torna idiota pelo apego excessivo à internet e pelo culto narcísico.
- b) uma geração que apresenta problemas de aprendizado de origem múltipla e complexa e que sofre ameaça de se tornar inapta para exercer crítica e proficientemente as faculdades intelectuais normalmente exigidas na vida adulta.
- c) um grupo de jovens que se tornaram analfabetos funcionais por problemas alimentares e familiares e que têm sua atenção sequestrada por mídias sociais.
- d) uma maioria de jovens que não são capazes de pensar criticamente e autonomamente, pois receberam uma educação precária fornecida por professores estressados e drenados por demandas extracurriculares.
- e) uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico, que apresenta problemas de aprendizado e raciocínio por questões sociais de violência e negligência da família.

04. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) criar cidadãos autônomos e críticos (1º parágrafo) / elaborar eleitores que criticam autônomos
- b) que evolui para menos conteúdo e alunos mais idiotas (1º parágrafo) / a qual se desenvolve tornar-se analfabeta
- c) servindo a tecnologia e não a tecnologia a nós (1º parágrafo) / obedecendo à tecnologia e vice-versa
- d) um sistema educacional estressado pela própria sociedade da qual é espelho (2º parágrafo) / uma educação irritada que reflete a sociedade
- e) estatísticas que lhe tiram a energia mental (1º parágrafo) / dados estatísticos que sugam seu vigor intelectual

05. O audiovisual está criando uma nova Idade Média de pessoas dependentes

Ao converter a oração acima para a voz passiva, a forma verbal correspondente será

- a) é criada.
- b) estão sendo criadas.
- c) está sendo criado.
- d) é criado.
- e) está sendo criada.

06. Há ocorrência de voz passiva e respeito às normas de concordância verbal na frase:

- a) Da paz daqueles que não se subjugaram ao domínio dos smartphones extraem-se prazeres a que quase não se tem acesso na correria da juventude.
- b) Aos jovens de hoje não parecem especial o fato de que um dia inteiro de ócio pode melhorar a saúde mental.
- c) Quem costuma checar as notificações das mídias sociais a cada cinco minutos acabam por comprometerem a concentração em qualquer atividade contínua.
- d) Agita-se no turbilhão de informações disponíveis na internet os sentimentos de uma urgência despropositada, que a todos causam ansiedade.
- e) A poucos parecem atrair, no dinamismo de interesses dos jovens modernos, a calma que pode advir de um desligamento digital.

07. Nós, professores, queremos criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estamos criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico. Estamos vendo o triunfo de uma religião tecnocrática que evolui para menos conteúdo e alunos mais idiotas."

Sobre a pontuação do segmento acima, analise as afirmativas:

I – A vírgula após "mas" poderia ser suprimida, uma vez que esta conjunção não pode estar deslocada entre vírgulas.

II – A vírgula após "ciberproletariado" poderia ser substituída pelo sinal de dois-pontos.

III – O ponto final após "léxico", com as devidas adaptações, poderia ser substituído por sinal de ponto e vírgula, embora pudesse causar mudança de sentido.

Está(ão) correto(s)

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II, apenas.
- e) III, apenas.

08. Ao se escrever uma frase relacionada ao texto, não haverá prejuízo para a sua clareza e correção gramatical no seguinte caso:

- a) Conquanto fossem um imenso acervo de dados, poucas informações podem contentar-nos.
- b) Ao se medirem pelo volume de informações, o conhecimento acumulado parece uma grande evolução.
- c) Não haveriam no sistema educacional atual vantagens para a reflexão lenta, seria como um desperdício de tempo para novas atividades.
- d) Estimariamos a possibilidade de contar com alunos que gozassem de plenas condições físicas e psicológicas básicas necessárias para o processo de aprendizado.
- e) Bem que poderiam haver escolas que ensinassem-nos o valor perdido de se fazer tudo com atenção.

09. Nós, professores, queremos criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estamos criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico...

Transpondo-se o segmento acima para o discurso indireto, a forma correspondente seria:

- a) Navarra disse que: "Nós, professores, queremos criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estamos criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico."
- b) Navarra declarou que: "eles, os professores, querem criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estão criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico."
- c) Navarra disse que os professores querem criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, criam o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico.
- d) Navarra disse que eles, os professores, queriam criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estariam criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico.
- e) Navarra disse que eles, os professores, queriam criar cidadãos autônomos e críticos, mas, em vez disso, estavam criando o ciberproletariado, uma geração sem dados, sem conhecimento, sem léxico.

10. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- a) Os alunos dos grandes centros urbanos deveriam insurgir-se ao ritmo de vida que lhes é imposto.
 - b) É invejável a paz de espírito de cujos benefícios usufruem os que não são reféns da tecnologia.
 - c) O heroísmo de que faz alusão o historiador é presenciado diariamente nas escolas.
 - d) O mar de informações ao qual imergem os estudantes modernos é prejudicial à concentração.
 - e) Os riscos à saúde nos quais se atemorizam os jovens aprendizes são ainda subdimensionados.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Em uma caixa há doze dúzias de bananas, sobre as quais sabe-se que:

- I - há pelo menos duas bananas estragadas;
- II - dadas seis quaisquer dessas bananas, há pelo menos duas não estragadas.

Sobre essas doze dúzias de bananas, deduz-se que:

- a) pelo menos 96 estão estragadas;
 - b) no mínimo 140 não estão estragadas;
 - c) exatamente duas estão estragadas;
 - d) no máximo 96 estão estragadas;
 - e) exatamente 48 não estão estragadas.
12. Os meninos Herbert, Roserval e Renan brincam com uma balança. Herbert e Roserval juntos pesam 99 kg, Herbert e Renan juntos pesam 115 kg e Roserval e Renan juntos pesam 118 kg. Os três juntos pesam:
- a) 332 kg
 - b) 233 kg
 - c) 217 kg
 - d) 214 kg
 - e) 166 kg

13. Ricardo Vale, diretor pedagógico do Estratégia, chamou para conversas individuais cinco professores das seguintes disciplinas: Economia, Raciocínio Lógico, Sustentabilidade, Direito Administrativo e Direito Tributário. Foram, assim, chamados os professores Heber, Guilherme, Roserval, Herbert e Fábio, em certa ordem. Depois de Fábio, que não é professor de Raciocínio Lógico, foi chamado o professor de Direito Tributário. Heber foi o primeiro a ser chamado. O professor de Economia, Guilherme, foi chamado logo após o professor de Raciocínio Lógico. O professor de Direito Administrativo não é Roserval e nem Herbert. Herbert foi o último chamado, logo após o professor de Direito Tributário.

Conclui-se, com base nessas afirmações, que

- a) O segundo a ser chamado foi o professor de Direito Tributário.
- b) Herbert é o professor de Sustentabilidade.
- c) Fábio foi o segundo a ser chamado.
- d) Guilherme é o professor de Raciocínio Lógico.
- e) Roserval é o professor de Raciocínio Lógico.

14. Guilherme é 10 anos mais velho do que sua irmã Marília. Daqui a 7 anos, a idade de Guilherme será o dobro da idade de Marília. Daqui a 17 anos, a razão entre as idades de Guilherme e Marília será igual a:

- a) $3/2$
- b) $4/3$
- c) $5/4$
- d) $6/5$
- e) $7/6$

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

15. Segundo a Lei 13.146/15, a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, transportes, informação e comunicação, correspondem a:

- a) Desenho universal.
- b) Adaptações razoáveis.
- c) Barreiras urbanísticas.
- d) Ajuda técnica.
- e) Acessibilidade.

SUSTENTABILIDADE

- 16.** Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos.
- O conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica. Com relação a esse tema, marque a opção correta:
- a) A Agenda 21, publicada em 1987, é um plano de ação formulado internacionalmente para ser adotado em escala global, nacional e localmente por organizações do sistema das Nações Unidas, pelos governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Reflete um consenso mundial e compromisso político, que estabelece um diálogo permanente e construtivo inspirado na necessidade de atingir uma economia em nível mundial mais eficiente e equitativa.
- b) O conceito de desenvolvimento sustentável foi cunhado inicialmente na Rio 92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.
- c) O Relatório Brundtland, de 1972, conceitua desenvolvimento sustentável como aquele que concilia a conservação ambiental, o crescimento econômico e a justiça social.
- d) A Constituição Federal de 1988 não trouxe mudanças significativas com relação à proteção ambiental, quando comparada com as constituições brasileiras anteriores.
- e) Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

- 17.** São princípios básicos da boa prática de governança corporativa e gestão:
- a) transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.
- b) impessoalidade, competência, efetividade.
- c) transparência, equidade, eficiência e responsabilidade corporativa.
- d) transparência, legalidade, prestação de contas e eficiência.
- e) legalidade, legitimidade e transparência.
- 18.** Na elaboração de uma matriz GUT, um dos problemas recebeu uma nota 1 no quesito urgência. Considerando as características dessa matriz, a atribuição dessa nota pode ser interpretada como:
- a) o problema já está resolvido.
- b) o problema possui urgência mediana para ser resolvido.
- c) o problema possui alta urgência para ser resolvido.
- d) o problema não pode mais ser resolvido.

- e) o problema possui baixa urgência para ser resolvido.

GESTÃO ESTRATÉGICA

- 19.** A ferramenta da administração que envolve o repensar dos principais processos na empresa, reestruturando radicalmente os mesmos visando alcançar drásticas melhorias em indicadores críticos, é denominado:
- a) diagrama de Pareto.
- b) downsizing.
- c) balanced scorecard
- d) reengenharia.
- e) ciclo PDCA.
- 20.** Assinale a alternativa que exemplifica uma decisão não programada.
- a) Procedimentos licitatórios.
- b) Pesquisa de novas tecnologias.
- c) Rotina administrativa.
- d) Pagamento de fornecedores.
- e) Manual de instruções de procedimentos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 21.** João e Joana são servidores públicos federais lotados no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. João é analista judiciário há cinco anos, e possui uma função de confiança. Já Joana ingressou há dois anos nos quadros do Tribunal, como técnica judiciária. De acordo com as normas constitucionais a respeito dos servidores públicos,
- a) tanto João quanto Joana são estáveis no serviço público, já que ambos foram aprovados em concurso público e possuem mais de dois anos de serviço;
- b) apenas João completou o tempo necessário para aquisição da estabilidade, que tem como condição, entre outras, a aprovação em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade;
- c) Joana ainda não completou o tempo necessário para adquirir a estabilidade, razão pela qual pode ser exonerada de ofício a qualquer momento pela administração, independentemente de motivação;
- d) a função de confiança exercida por João é de livre nomeação e exoneração, podendo ser ocupada por servidores efetivos ou por quem ainda não é servidor;
- e) caso o cargo de João seja extinto, ele ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.

22. Os atos administrativos possuem características, elementos ou atributos próprios, dentre os quais podemos destacar

- a) a imperatividade, que decorre da prerrogativa conferida ao Poder Público de, unilateralmente, criar obrigações ou impor restrições para os administrados, independentemente de anuência prévia;
- b) a coercibilidade, que autoriza a imposição da vontade da administração, autorizando, em qualquer situação, o uso da força, já que esse atributo está presente em todos os atos administrativos;
- c) a presunção de legitimidade, atributo que nem sempre está presente nos atos administrativos, principalmente naqueles que se refiram ao reconhecimento de direitos do administrado;
- d) a autoexecutoriedade, que autoriza que os atos sejam imediatamente impostos aos particulares, exceto naqueles casos em que a autorização judicial prévia é exigida;
- e) a exigibilidade, que se caracteriza como atributo independente, e se traduz a ideia de que a administração pode, ela própria, praticar o ato.

23. Jorge, técnico judiciário do Tribunal Regional da 3ª Região, ausentou-se do serviço durante o expediente, para resolver pendências pessoais. Como se trata de uma saída rápida, Jorge não pediu a prévia anuência de Luiz, seu chefe imediato. Com base nas disposições da Lei nº 8.112/90,

- a) Luiz deverá advertir oralmente Jorge quanto à sua conduta, e, caso o servidor se ausente novamente, sem anuência, deverá aplicar-lhe diretamente a pena de suspensão;
- b) a conduta de Jorge não é proibida pelo Estatuto, já que o servidor tem direito a utilizar seu tempo de descanso para fazer o que bem entender;
- c) Jorge poderá sofrer penalidade de advertência, que deverá ser aplicada por escrito; e, no caso de reincidência, a penalidade cabível será a suspensão.
- d) a critério de Luiz, poderá ser aplicada a penalidade de advertência, por escrito, ou de suspensão, mas nesse caso, o prazo de duração da penalidade não poderá exceder a trinta dias;
- e) o requisito da prévia autorização para se ausentar do serviço durante o expediente pode ser relevado por Luiz, caso as ausências sejam posteriormente justificadas.

24. A empresa Rosenvando S.A venceu certame licitatório para fornecimento de serviços ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Ocorre que, em virtude do tempo entre o início do procedimento e a convocação para assinatura do contrato, a empresa não sabe mais se deseja prestar os referidos serviços. A respeito desse tema, com base no que dispõe a Lei 8.666/93:

- a) a legislação permite que a empresa vencedora não assine o contrato, independente de justificativa e sem

qualquer penalização, devendo o segundo colocado ser convocado para assinar o contrato no prazo de quarenta e oito horas;

- b) havendo a recusa do primeiro colocado, a obrigação quanto a assinatura do contrato passa aos licitantes convocados na ordem de classificação, que não podem negar a assinatura, sob pena de sofrerem as sanções previstas em lei;
- c) a recusa justificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, fora do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento parcial da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, de acordo com a gradação legal;
- d) não haverá penalização para o segundo colocado da licitação se, após ser convocado para assinar o contrato, em virtude de recusa injustificada do adjudicatário classificado em primeiro lugar, o segundo colocado se recusar a assinar o contrato, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço;
- e) é facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, independentemente da ordem de classificação ou, ainda, anular o procedimento licitatório e iniciar um novo.

25. Suponha que uma passageira do transporte público, prestado por concessionária de serviços públicos, sofreu diversos ferimentos em virtude de acidente causado pelo motorista do veículo, que se descuidou e colidiu com o ônibus em um poste, sem a participação de outro veículo. Considere ainda que a titularidade da prestação do serviço concedido pertence ao município de São Paulo. Diante dessa situação,

- a) a concessionária de serviços públicos responde de forma subjetiva, assim como o município de São Paulo, ambas as responsabilidades tendo como fundamento a omissão estatal, bastando comprovar a existência de culpa *in vigilando*;
- b) a concessionária responde de forma objetiva e primária pelo dano, mas o município poderá responder de forma subsidiária, caso a concessionária não tenha condições financeiras de arcar com a indenização.
- c) nesse caso, a responsabilidade extracontratual é afastada, por se tratar de empresa concessionária de serviços públicos, fazendo incidir, portanto, a responsabilidade subjetiva contratual, prevista legislação infraconstitucional;
- d) a responsabilidade da empresa concessionária e do Estado é objetiva e solidária, ou seja, ambas respondem em conjunto pelos prejuízos causados à passageira;
- e) cabe à passageira decidir se ingressará com a ação em face da concessionária, do motorista ou do Estado, de acordo com o que entender melhor para a resolução do caso.

26. Joana, servidora pública federal, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, revelou fato ou circunstância de que tinha ciência em razão das atribuições e que deveria permanecer em segredo. Essa conduta fez com que respondesse a processo para comprovação da prática de ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92. Tendo em vista as disposições dessa lei,

- a) em virtude da menor gravidade do fato, não se fala em cumulação de penalidades no caso de Joana, de forma que, entre as possíveis sanções previstas na legislação, caberá à autoridade escolher qual seria a mais adequada para punir a servidora;
- b) sua conduta caracteriza ofensa aos princípios administrativos, sendo apenada com a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos e multa civil de até três vezes o valor do prejuízo causado ao erário;
- c) a ação judicial para aplicação das sanções de improbidade à servidora é imprescritível, desde que decorrente de conduta dolosa;
- d) a ação destinada a levar efeito à sanção em face de Joana pode ser proposta em até cinco anos após o término do exercício do cargo em comissão;
- e) caso fique comprovada a conduta culposa de Joana, o Ministério Público ou a pessoa jurídica interessada podem ajuizar a ação de improbidade a qualquer tempo, já que esta é imprescritível.

27. Acerca dos princípios informativos da Administração pública, assinale a afirmativa correta.

- a) o princípio da publicidade não se aplica às entidades da Administração Indireta com personalidade jurídica de direito privado, que atuam em regime de mercado;
- b) após a inserção do princípio da moralidade no texto constitucional, este passou a prevalecer sobre todos os demais, de forma que toda a atuação administrativa deve se pautar no referido princípio, assim como todos os demais princípios a ele se subordinam;
- c) os princípios administrativos devem ser aplicados de forma subsidiária, aplicando-se em primeiro lugar os previstos na Constituição, e em seguida os demais, previstos em leis infraconstitucionais;
- d) o princípio da supremacia do interesse público é considerado um princípio absoluto, superior aos demais, de forma que, em caso de conflito, deve prevalecer o entendimento que o privilegie;
- e) o princípio da eficiência tem um duplo sentido, um direcionado ao aumento do rendimento dos agentes públicos e o outro direcionado à estrutura e à organização da Administração Pública.

28. Em relação à atuação discricionária da Administração, podemos afirmar que

- a) é o fundamento para a anulação dos atos administrativos vinculados;

- b) fundamenta a manutenção de atos que, apesar de contrários à lei, privilegiam o interesse público;
- c) é o fundamento para a revogação dos atos administrativos, em razão da conveniência e oportunidade do administrador;
- d) em regra, é aplicada sobre os atos administrativos vinculados e, excepcionalmente, sobre os discricionários;
- e) fundamenta a revogação dos atos administrativos, sejam discricionários ou vinculados, por razões de ilegalidade e de interesse público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Seria compatível com o que determina a Constituição Federal, no que diz respeito aos Direitos e Garantias Fundamentais:

- a) Brasileiro nato que praticou crime contra a humanidade ou de genocídio poderá ser extraditado a pedido do Tribunal Penal Internacional.
- b) A norma que estabelece que o brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em caso de tráfico de drogas é de eficácia limitada.
- c) O estrangeiro só poderá ser extraditado por crime político ou de opinião.
- d) Ao contrário do brasileiro nato, caso o brasileiro naturalizado tenha cometido crime comum após a naturalização, poderá ser extraditado.
- e) Para o brasileiro naturalizado, a comprovação do envolvimento no crime de tráfico ilícito de entorpecentes é condição suficiente para que ocorra a extradição.

30. Analise os seguintes itens:

- (I) Mandado de Segurança.
- (II) Habeas Data.
- (III) Ação Popular.
- (IV) Certidão de óbito, para qualquer pessoa.
- (V) Custas e emolumentos, para os reconhecidamente pobres.

A Constituição da República menciona, expressamente, que serão gratuitos:

- a) II e IV, apenas.
- b) II e IV.
- c) IV e V.
- d) II e III.
- e) I e V.

31. Assinale a alternativa correta, considerando o que determina a Constituição Federal a respeito do Poder Executivo Federal:

- a) Na hipótese de vacância do cargo de Presidente da República, o Vice-Presidente assumirá o cargo até que novas eleições sejam convocadas, caso a vacância tenha ocorrido nos dois primeiros anos do mandato.
- b) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República será processado e julgado pelo Senado Federal, com prévia autorização da Câmara dos Deputados. É cabível recurso contra o mérito da decisão proferida pelo Senado Federal no processo de *impeachment*.
- c) Os substitutos eventuais, que assumem a presidência em caráter provisório em caso de impedimento temporário do Presidente da República, a exemplo do Presidente do STF, não poderão sancionar leis ou expedir decretos ao assumirem interinamente o cargo.
- d) Para o cumprimento do mandato-tampão, em caso de dupla vacância nos cargos de Presidente e Vice, são previstas duas formas de eleição: a direta e a indireta.
- e) Será considerado eleito Presidente da República o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, incluindo os em branco e os nulos.

32. Assinale a alternativa que contém a afirmativa verdadeira sobre as regras atinentes ao Tribunal de Contas da União, presentes na CF/88:

- a) O TCU, cujas decisões são meramente administrativas, não realiza qualquer espécie de julgamento, porquanto inexistente a definitividade jurisdicional no exercício de suas atribuições.
- b) Ao verificar qualquer ilegalidade em contratos firmados pela Administração, o TCU deverá assinar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, comunicando a decisão, imediatamente, ao Congresso Nacional.
- c) As inspeções e auditorias contábeis na Administração são de iniciativa privativa do TCU.
- d) O TCU, enquanto órgão auxiliar técnico do Poder Legislativo, apenas emite pareceres técnicos no âmbito da função fiscalizatória, não possuindo a atribuição de aplicar sanções aos responsáveis por eventuais ilegalidades.
- e) Os atos praticados pelo TCU, no auxílio ao controle externo, não vinculam as decisões do Poder Legislativo.

33. No que se refere aos princípios e regras aplicáveis à Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A edição de medidas provisórias pode ser considerada uma forma de atenuação do princípio da legalidade estrita, aplicável à Administração Pública.
- b) Todo candidato aprovado em concurso público tem direito subjetivo à nomeação.

c) Atualmente, a regra que estabelece a aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade, para os servidores públicos, se aplica a todos os entes da federação.

d) O teto remuneratório geral do funcionalismo público, que corresponde ao subsídio dos Ministros do STF, aplica-se à administração pública em geral, abrangendo todas as entidades da administração indireta.

e) Os proventos de aposentadoria relativos ao exercício, na atividade, de dois cargos de professor, não poderão ser acumulados.

34. Em relação ao procedimento estabelecido pela Constituição para a formação de municípios brasileiros, é correto dizer que:

a) Atualmente, a criação de novos municípios brasileiros não é possível, devido à ausência de Lei Ordinária Federal definindo o período em que tal criação poderá ocorrer.

b) No procedimento de aprovação da criação de município, o resultado do plebiscito convocando a população diretamente interessada vincula a decisão da Assembleia Legislativa.

c) A última etapa do processo de fusão, incorporação, desmembramento ou criação de município é a aprovação de uma lei ordinária estadual.

d) A norma que estabelece o procedimento de formação dos municípios, na CF/88, é de eficácia contida.

e) A autonomia conferida aos municípios para fundir-se ou incorporar-se entre si é expressão do poder de auto-organização atribuído aos entes locais diretamente pela Constituição.

35. No tocante ao Processo Legislativo Federal, assinale a alternativa que se encontra em conformidade com o que determina a Constituição da República:

a) As matérias cuja disciplina exige a edição de lei ordinária estão previstas em rol taxativo na Constituição e, diferentemente das Leis Complementares, tal espécie normativa não prevê a necessidade de quórum qualificado para sua aprovação.

b) Os Decretos Legislativos, assim como as Resoluções, podem regular matérias de competência exclusiva de ambas as Casas Legislativas.

c) A vedação à propositura de nova proposta de Emenda Constitucional, na mesma sessão legislativa em que fora rejeitada emenda anterior, sobre a mesma matéria, é absoluta.

d) A iniciativa popular de emenda à Constituição exige a subscrição de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

e) No processo legislativo brasileiro, inexistem os institutos do veto e da sanção tácita.

- 36.** No que diz respeito ao Conselho Nacional de Justiça, assinale a afirmativa incorreta:
- a) Na composição do CNJ, 4 de seus membros pertencem às Funções Essenciais à justiça.
 - b) Os membros do CNJ são nomeados pelo Presidente da República para um mandato de 2 (dois) anos, sendo admitidas sucessivas reconduções.
 - c) Não há nenhuma restrição específica de idade, no texto constitucional, para a composição do CNJ.
 - d) O Presidente do STF, no exercício da presidência do CNJ, será substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do STF.
 - e) O CNJ não exerce controle externo sobre o Poder Judiciário.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 37.** São princípios fundamentais do processo civil, EXCETO:
- a) Boa-fé objetiva.
 - b) Isonomia.
 - c) Cooperação.
 - d) Informalidade.
 - e) Publicidade.
- 38.** Quando o autor da herança não possui domicílio certo, o Juízo competente será
- a) O do foro da situação dos bens imóveis; mas, havendo vários bens imóveis em diversos foros, qualquer deles será competente; contudo, não havendo bens imóveis, o foro será o do local de qualquer dos bens do espólio.
 - b) Somente o foro dos bens semoventes e móveis.
 - c) Somente o foro do local da morte.
 - d) Somente o foro do local do último domicílio do autor da herança.
 - e) Somente o foro da residência dos herdeiros.
- 39.** NÃO é causa de impedimento do juiz
- a) As ações em que o juiz interveio como mandatário da parte.
 - b) As ações em que o juiz oficiou como perito.
 - c) As ações em que o juiz funcionou como membro do Ministério Público.
 - d) As ações em que o juiz prestou depoimento como testemunha.
 - e) As ações em que o juiz seja amigo do advogado de uma das partes.
- 40.** A eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente cessará quando
- a) For efetivada dentro de 30 dias.

- b) O juiz julgar procedente o pedido principal formulado pelo autor.
 - c) Não for efetivada dentro de 10 dias.
 - d) O autor deduzir o pedido principal no prazo legal.
 - e) O juiz extinguir o processo sem resolução de mérito.
- 41.** Acerca dos Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/01), assinale a alternativa correta.
- a) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de 40 salários-mínimos
 - b) É de competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis as causas sobre bens imóveis da União.
 - c) O juiz poderá deferir medidas cautelares no curso do processo, desde que haja requerimento das partes.
 - d) As microempresas e as empresas de pequeno porte poderão ser autoras nos Juizados Especiais Federais Cíveis.
 - e) A Vara do Juizado Especial possui competência relativa.

- 42.** Acerca do aditamento da petição inicial, assinale a alternativa correta.
- a) Uma vez citado o réu, não é possível aditar a petição inicial.
 - b) Uma vez contestado o pedido, não é possível aditar a petição inicial.
 - c) É possível o aditamento da petição inicial até a data da prolação da sentença, desde que haja o consentimento do réu.
 - d) É possível o aditamento da petição inicial até o saneamento do processo, desde que haja o consentimento do réu.
 - e) Recebida a petição inicial, não é mais possível aditá-la.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 43.** Na ação penal privada exclusiva, caso o ofendido venha a óbito ou venha a ser declarado ausente por decisão judicial, o direito de queixa:
- a) passa ao cônjuge, descendente e ascendente, nesta ordem.
 - b) passa ao cônjuge, descendente, ascendente e irmão, nesta ordem.
 - c) passa ao cônjuge, ascendente, descendente e irmão, nesta ordem.
 - d) passa ao cônjuge, ascendente, descendente e irmão, sem ordem de preferência.
 - e) não passa aos sucessores.

44. Acerca do direito de representação, na ação penal pública condicionada, é correto afirmar que:

- a) a representação deverá ser oferecida no prazo de 06 meses, a contar do fato, sob pena de decadência, e será irretratável depois de oferecida a denúncia.
- b) a representação deverá ser oferecida no prazo de 06 meses, a contar da ciência da autoria, sob pena de decadência, e será irretratável depois de recebida a denúncia.
- c) a representação deverá ser oferecida no prazo de 06 meses, a contar do fato criminoso, sob pena de decadência, e será irretratável depois de recebida a denúncia.
- d) a representação deverá ser oferecida no prazo de 06 meses, a contar da ciência da autoria, sob pena de decadência, e será irretratável depois de oferecida a denúncia.
- e) a representação deverá ser oferecida no prazo de 06 meses, a contar da ciência da autoria, sob pena de decadência, e é irretratável.

45. José, desembargador do TRF3, foi indiciado em inquérito policial pela prática do crime de corrupção passiva, pois teria, em tese, solicitado R\$ 50.000,00 a determinado advogado, a fim de proferir decisão favorável ao cliente do referido advogado em processo judicial no qual José atuava. A solicitação teria ocorrido na cidade de Porto Alegre-RS, durante um jantar.

Neste caso, será competente para processar e julgar José:

- a) O próprio TRF3, Tribunal ao qual o desembargador está vinculado.
- b) O TRF4, Tribunal da região em que está localizado o município no qual o crime foi praticado.
- c) O Superior Tribunal de Justiça
- d) O Supremo Tribunal Federal
- e) Uma das Varas Federais de Porto Alegre-RS

46. Em determinado processo criminal foi interposto recurso de apelação, distribuído a uma das Turmas do Tribunal. José e Pedro são desembargadores integrantes da referida Turma e, portanto, atuaram no julgamento do referido recurso. Todavia, José já atuou no caso anteriormente, quando era Juiz de primeira instância, tendo sido o Juiz que proferiu a sentença condenatória; Pedro, por sua vez, nunca atuou no caso, mas é credor do réu.

Neste caso, acerca das hipóteses de impedimento e suspeição, é correto afirmar que:

- a) José e Pedro estão impedidos de atuar no caso
- b) José e Pedro são suspeitos
- c) José é considerado suspeito, enquanto Pedro está impedido de atuar no caso
- d) José está impedido de atuar no caso, enquanto Pedro é considerado suspeito.

e) José está impedido, mas Pedro poderá atuar no caso.

47. Em determinado processo criminal que tramita perante uma das Varas Federais de São Paulo-SP, existem três réus: José, que atualmente mora na Espanha, em endereço não conhecido; Pedro, que atualmente reside em Petrópolis-RJ; e Ricardo, que se encontra asilado na embaixada da Holanda no Brasil, situada em Brasília-DF.

Neste caso, é correto afirmar que a citação de José, Pedro e Ricardo deverá se dar, respectivamente:

- a) Por carta rogatória, carta precatória e carta precatória
- b) Por carta rogatória, carta precatória e por edital
- c) Por carta rogatória, por mandado e por mandado
- d) Por edital, carta precatória e por edital
- e) Por edital, carta precatória e por carta rogatória

48. Marcelo é denunciado pelo MP em determinado processo criminal, pela prática do crime de estelionato. O MP, ao oferecer a denúncia, requer a decretação da prisão preventiva do denunciado. O Juiz recebe a denúncia mas indefere o pedido de decretação da prisão preventiva.

Inconformado, o Promotor de Justiça responsável deverá interpor o recurso:

- a) de apelação, no prazo de 05 dias.
- b) em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- c) de apelação, no prazo de 10 dias.
- d) em sentido estrito, no prazo de 10 dias.
- e) em sentido estrito, no prazo de 02 dias.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

49. Carlos era segurado do RGPS há mais de 10 anos e faleceu deixando viúva Ana, de 48 anos, com quem era casado havia 1 ano. Além disso, Carlos deixou seu filho Gustavo, que tinha 17 anos da data do óbito de seu pai e não era emancipado. Aos 20 anos, Gustavo sofreu um acidente que o deixou com deficiência grave. Tendo em vista este caso prático, julgue as assertivas a seguir e assinale aquela que esteja incorreta:

- a) Gustavo fará jus à pensão por morte enquanto durar sua invalidez.
- b) Caso a morte de Carlos tenha ocorrido em decorrência de acidente de qualquer natureza, Ana receberá a pensão por morte de forma vitalícia.
- c) Se Ana for condenada criminalmente por sentença transitada em julgado como partícipe de crime de homicídio doloso cometido contra a pessoa do segurado, ela perderá o direito à pensão por morte.
- d) Se for comprovado mediante regular processo judicial que houve simulação ou fraude no casamento com o fim específico de constituir benefício previdenciário, Ana perderá o direito à pensão por morte.
- e) Se Carlos estivesse, na data do óbito, obrigado por determinação judicial a pagar pensão alimentícia temporariamente à Leda, sua ex-cônjuge, que estava com 50 anos de idade, Leda fará jus à pensão por morte vitalícia.

50. Sobre os segurados do Regime Geral de Previdência Social, é correto afirmar:

- a) O brasileiro e o estrangeiro domiciliado e contratado no exterior para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social na qualidade de segurados empregados.
- b) O tabelião e o oficial de registros contratados por titular de serviços notariais e de registro a partir de 21/11/1994 são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social na qualidade de segurados empregados.
- c) O estagiário que prestar serviço em desacordo com a lei específica poderá se inscrever como segurado facultativo do RGPS.
- d) O advogado que trabalhe para um banco em caráter não eventual, sob subordinação e mediante remuneração será considerado segurado obrigatório do RGPS na qualidade de empregado.
- e) Quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego será segurado obrigatório da Previdência Social como trabalhador avulso.

51. A Seguridade Social possui um princípio cujo objetivo é a manutenção da saúde financeira e atuarial do sistema, uma vez que reduz o risco de desequilíbrio orçamentário. Também há um princípio que estabelece

a proporcionalidade da contribuição social para o sistema conforme a condição financeira de seus contribuintes. Os dois princípios mencionados são respectivamente:

- a) Equidade na forma de participação do custeio / seletividade e distributividade.
- b) Diversidade da base de financiamento / equidade na forma de participação no custeio.
- c) Seletividade e distributividade / diversidade e distributividade.
- d) Universalidade da cobertura e do atendimento / equidade na forma de participação do custeio.
- e) Uniformidade e equivalência de benefícios / Seletividade e distributividade.

52. Carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício. Para as aposentadorias previstas no pacote de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, o período de carência exigido é igual, com exceção da aposentaria

- a) por tempo de contribuição.
- b) especial.
- c) por idade.
- d) por idade da pessoa com deficiência.
- e) por invalidez.

53. Sobre os benefícios do RGPS, afirma-se:

- I – Todos os benefícios devidos aos dependentes do segurado independem de carência.
- II – Caso um segurado trabalhe apenas 5 dias em um determinado mês como empregado de uma empresa, a contribuição referente a esses dias será computada como 1 mês completo de carência.
- III – Nos termos da Lei 8.213/91, o menor sob guarda será considerado dependente do RGPS na qualidade de equiparado a filho, mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica.
- IV – Com relação ao salário maternidade para seguradas empregadas, em caso de parto antecipado, a carência do benefício será reduzida em número de contribuições equivalentes ao número de meses em que o parto foi antecipado.

Estão corretas as afirmativas:

- a) II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I, II, III e IV.
- e) III e IV.

54. Acerca das obrigações previdenciárias das empresas, afirma-se com correção:

- a) As instituições financeiras devem pagar contribuição patronal adicional de cinco por cento sobre a remuneração dos empregados a seu serviço.
- b) A empresa é obrigada a recolher mensalmente o valor das contribuições arrecadas dos segurados a seu serviço e as suas próprias contribuições até o dia 15 do mês seguinte ao da competência.
- c) A entidade promotora de espetáculo esportivo do qual participe associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional deve efetuar o desconto de cinco por cento da receita bruta do evento e recolhê-la aos cofres públicos no prazo de até dois dias úteis após a realização do evento.
- d) A contribuição social devida pela agroindústria sobre a receita bruta da comercialização da produção rural é de 1,7% destinados à Seguridade Social e 0,1% destinados para cobrir os riscos de acidente de trabalho.
- e) A empresa deverá contribuir com 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente aos serviços que lhe são prestados por intermédio de cooperativa de trabalho.

DIREITO TRIBUTÁRIO

55. O lançamento deve ser efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos, exceto:

- a) quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.
- b) quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior.
- c) quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.
- d) quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- e) quando a lei assim o determine, só podendo ser iniciada após a extinção do direito da Fazenda Pública.

56. Considerando exclusivamente o que foi previsto no Código Tributário Nacional acerca dos tributos e suas espécies, aponte a alternativa incorreta:

- a) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva de serviço público específico e divisível, que deve ser efetivamente prestado ao contribuinte.
- b) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo

irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei.

- c) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- d) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- e) A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

57. Acerca das disposições contidas no Código Tributário Nacional acerca do tema "Lançamento", aponte a alternativa correta:

- a) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo ou quando contenha erro material.
- b) A revisão de ofício do lançamento por iniciativa da autoridade administrativa pode ocorrer a qualquer tempo, desde que seja motivada.
- c) O lançamento é de competência da autoridade administrativa, podendo, nos tributos sujeitos ao lançamento por declaração, ser realizado pelo sujeito passivo da obrigação tributária.
- d) O lançamento tem como uma de suas vertentes a declaração da obrigação tributária surgida com a ocorrência do fato gerador.
- e) O lançamento pode ser entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo, não podendo compreender em seu bojo a penalidade pecuniária.

58. Aponte a alternativa incorreta:

- a) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- b) O fato gerador considera-se ocorrido, salvo disposição de lei em contrário, desde o momento em que o se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios, em se tratando de situação de fato.
- c) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida na legislação tributária como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- d) O fato gerador considera-se ocorrido, salvo disposição de lei em contrário, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável, em se tratando de situação jurídica.
- e) A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

59. Assinale a alternativa que não apresenta hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- a) Adesão, por parte do contribuinte, a parcelamento.
- b) Recurso interposto no âmbito administrativo.^[1]
- c) Depósito de montante integral para garantia do juízo.
- d) Concessão de antecipação de tutela em ação judicial.
- e) Compensação.

60. São princípios tributários previstos no texto da Constituição Federal de 1988, exceto:

- a) Princípio da Anualidade;
- b) Princípio da Anterioridade Anual;
- c) Princípio da Anterioridade Nonagesimal;
- d) Princípio da Irretroatividade;
- e) Princípio da Legalidade Tributária.

QUESTÃO DISCURSIVA

Atenção:

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Será atribuída nota ZERO à Prova de Redação, na Folha Definitiva, que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação.

I

O século XXI está marcado por um fenômeno global: a negação da ciência. É crescente o número de adeptos de movimentos antivacinas, negação das mudanças no clima, terraplanistas. Esse tipo de postura desqualifica trabalhos científicos e nega os fatos.

Fonte: Texto autoral do Professor Raphael Reis.

II

O sujeito pode acreditar no que quiser. É direito dele. Mas ninguém pode aplicar crenças pessoais no âmbito da gestão pública. E estamos chegando num ponto em que agentes públicos se sentem à vontade para ditar políticas de acordo com premissas completamente desconectadas da realidade objetiva”

Fonte: Salvador Nogueira. Disponível em: <https://super.abril.com.br/opiniao/o-obscurantismo-do-seculo-21/>

Com base no excerto acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

FOLHA DE RESPOSTA

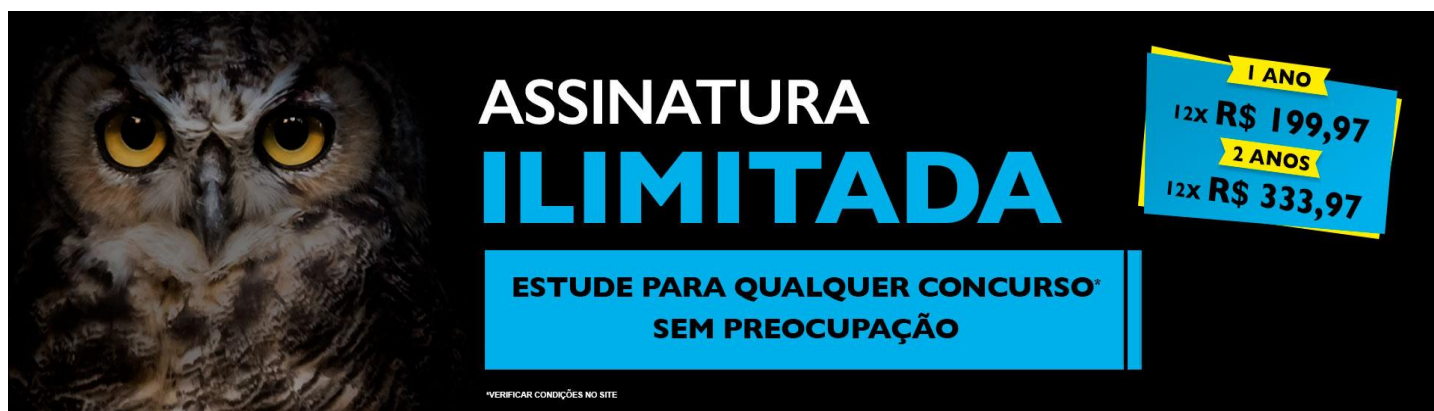
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TRF-FCC-21-09>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE

